PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

A CLASSE OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 127 JUNHO de 1978 ANO XIV

NESTE NÚMERO

DESMASCARAR AS MANOBRAS "REFORMISTAS" DE GEISEL

De uma hora para outra, o diabo virou ermitão. Até há pouco, Geisel ostentava soberana arrogância quanto à execução de seus planos políticos. Não admitia nada além de um gradualismo lento e de aceitação incondicional. Agora o homem toma ares de democrata. Suspendeu a censura discriminatória que por tanto tempo impôs a determinados órgãos de imprensa, revogou uma pena de banimento, anunciou o próximo retorno do habeas-corpus. Alardeia o envio de seu projeto de reformas ao Congresso e insinua a possibilidade de adotar novas medidas pretensamente distensórias nos meses vindouros.

Que se passa, afinal, nos arraiais governistas? Os atuais detentores do poder manobram e tentam por todos os meios garantir suas posições de mando seriamente abaladas. Os velhos métodos até então utilizados para golpear os adversários estão bastante desmoralizados. Criou-se uma situação diferente no país com o vigoroso impulso da luta democrática. Os planos de Geisel encontram fortes resistências. Seu candidato a governador de São Paulo sofreu duro revés. E dessa derrota, como contrapeso, saiu um candidato arenista dos mais corruptos e trampolineiros o que veio acirrar as divergências nas hostes oficiais. A candidatura Figueiredo perde substância a olhos vistos. O descontentamento é enorme com a indicação dos governadores de Estados e a nomeação dos senadores biônicos. Simultaneamente, a oposição articula candidato alternativo ao Palácio do Planalto e lança a palavra-de-ordem de DEMOCRATIZAÇÃO, JÁ que vem alcançando ampla repercussão. Em tais circunstâncias, o remédio é manobrar politicamente. Sem abandonar seus objetivos maiores, Geisel procura ganhar tempo e ver se consegue esvaziar as proposições oposicionistas. Seus parceiros dizem abertamente ser necessário não deixar cair de suas mãos a bandeira das reformas, das supostas reformas constitucionais.

É evidente que o Sistema está em crise profunda. Os generais se dão conta do isolamento em que se acham. Dividem-se na busca de soluções adequadas a uma saída "honrosa" que lhes garanta continuar, sob outras formas, a orientação antipopular e antinacional da arremetida contra-revolucionária de 1964. Mas isto não está fácil. O movimento democrático adquiriu grande extensão e continuará avançando. Não há de se deter em meio do caminho.

As manobras de Geisel precisam ser desmascaradas. Neste sentido, tem toda oportunidade a palavra-de-ordem de DEMOCRATIZAÇÃO, JÁ. Sua concretização exige

a revogação sem tardança do "pacote de abril", a anulação das candidaturas impostas, a realização de eleições diretas, a concessão de anistia irrestrita, a abolição de todos os atos e leis de exceção. Certamente, não basta reivindicar o fim do arbítrio. Agora, é urgente lutar para desmontar todo o esquema da sucessão elaborado e posto em prática por Geisel e sua camarilha. Não seria admissível a manutenção na ordem do dia da "eleição" de Figueiredo para dirigir o país por mais seis anos, a posse de governadores designados e de senadores biônicos. Menos ainda, a reforma política de fancaria, orquestrada pelos juristas da reação.

Na derrota desse esquema, justifica-se o lançamento de uma candidatura alternativa, desde que tal candidatura sirva para aglutinar forças e levar a cabo uma campanha nacional e popular de grande envergadura contra o regime arbitrário, em prol da democracia. A plataforma dessa campanha poderia ser os dez pontos apresentados pelo MDB, viabilizando maior convergência das correntes oposicionistas e definindo metas. Ainda que esses pontos, em alguns aspectos, mostrem-se ambíguos, eles expressam de maneira geral reivindicações democráticas sentidas pelo povo. Merecem ser apoiados.

O escopo dessa atividade é desestabilizar a ditadura e abrir caminho para a conquista da liberdade política no bojo de uma crise governamental séria e do desmoronamento do Sistema. A situação exige a conjugação de esforços. Seria estreiteza das forças realmente democráticas não aproveitar os conflitos, mesmo secundários, entre os adversários. Mas sem perder de vista as limitações de certos aliados e suas tentativas de pôr as massas em função dos interesses que defendem. Na frente antiditatorial encontram-se figurões reacionários da cúpula do MDB, como Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Tales Ramalho, Amaral Peixoto, e igualmente elementos que se desprenderam da ARENA e até dos dispositivos militares de Geisel. Todos se dizem partidários do Estado de direito. Não desejam, porém, o fortalecimento das correntes populares nem a completa derrota das forças enquistadas no poder. Pretendem um novo pacto social que assegure, em essência, a manutenção da ordem retrógrada. Objetivam também tirar vantagens pessoais ou de clãs da presente situação.

Marchando com todos os que se opõem a Geisel e ao regime atual, utilizando habilmente quaisquer possibilidades de atuação democrática, a oposição popular levanta na frente-única suas bandeiras independentes em cujo centro se acha a conquista da plena liberdade política, o que exige, necessariamente, a derrubada da ditadura. Não perde ocasião para organizar suas fileiras e preparar-se melhor para os embates que se avizinham. Compreende que a derrota de Geisel e de seu bando não é um fim em si mesmo. É um episódio da luta do povo brasileiro por sua emancipação nacional e social. Muitas outras batalhas advirão até que esse objetivo seja alcançado.

Geisel e os generais fascistas estão em apuros. Colhem as tempestades que semearam durante quatorze anos. É hora de avançar, de conquistar terreno às forças da reação e do imperialismo. De reagir com firmeza se ocorrerem tentativas de golpear o movimento democrático. O povo quer liberdade e se mostra disposto a alcançá-la.

MENSAGEM AO CONGRESSO DAS MULHERES DA ALBÂNIA

Mensagem enviada pelas mulheres comunistas do Brasil ao Congresso da União das Mulheres da Albânia realizado em princípios deste mês.

Queridas amigas

As mulheres comunistas do Brasil enviam ao Congresso das Mulheres Albanesas sua mais calorosa saudação e votos de completo êxito. Acreditam que as decisões desse importante conclave contribuirão para maior união das mulheres e de todo o povo diante das grandes tarefas da construção do socialismo e do avanço do país para um futuro radioso.

Sabemos o quanto tem sido dura e difícil a luta gloriosa dos albaneses por sua emancipação e em defesa da revolução socialista. Desde os primeiros passos, no curso da II Grande Guerra e da ocupação do país por tropas estrangeiras, até os dias de hoje, jamais faltou ânimo forte e espírito de decisão aos patriotas e revolucionários para superar os obstáculos e alcançar a vitória. As mulheres albanesas sempre estiveram presentes nas trincheiras de combate, seja durante a guerra, seja na fase da construção. Elas enfrentaram, simultaneamente, os inimigos fascistas e os preconceitos arraigados, as idéias atrasadas acerca do papel da mulher na sociedade. Lutaram abnegadamente em duas frentes. Junto com todo o povo derrotaram os opressores estrangeiros e nacionais. Junto com os homens progressistas e sob a direção do heróico Partido do Trabalho da Albânia e de seu eminente chefe, o camarada Enver Hodja, derrotam, dia após dia, as sobrevivências retrógradas de um passado que não está muito distante. Agora, as mulheres albanesas ocupam lugar de destaque nas fábricas, usinas, cooperativas, na universidade, na arte e na cultura, na vida política e social. E não são poucas as que estão em postos dirigentes, inclusive no Governo e no Partido. Tudo isto é revolução, transformação profunda na economia, na política. Mas também na moral, nos hábitos e costumes. Revolução que não se estanca, que progride sempre para realizar os mais belos sonhos da Humanidade.

A mulher brasileira – que admira e acompanha com vivo interesse a luta mundial das mulheres por sua emancipação e pela construção de uma nova vida – enfrenta um árduo combate contra a ditadura militar-fascista que há quatorze anos oprime o povo do

Brasil. Ditadura sanguinária e terrorista. Centenas de milhares de pessoas já passaram pelos cárceres, quase todas torturadas. Inúmeros patriotas e revolucionários foram assassinados friamente. Nessa luta, as mulheres têm contribuído com elevada quota de sacrifícios. Suportaram torturas inconcebíveis e atentados permanentes à sua dignidade. Na lista dos mortos e desaparecidos são numerosos os nomes femininos. Lembramos, aqui, com emoção, os nomes de Helenira Resende, Maria Lúcia Petit, Lúcia Maria da Silva, Yara Iavelberg, Aurora Furtado, Ana Rosa Kucinski, entre muitas outras. Mas a luta não cessou um só momento. A ditadura vê-se cada vez mais em dificuldades insuperáveis. As mulheres são pioneiras da grande campanha nacional que empolga o país pela anistia ampla e irrestrita, pela libertação imediata de todos os presos políticos. Entre estes, Elza Monnerat, de 64 anos, encarcerada em fins de 1976 e condenada a vários anos de reclusão.

Queridas amigas

Este Congresso no qual se debatem problemas da mulher e do socialismo é um estímulo à luta que se trava em todo o mundo contra a exploração e a opressão, pela vitória das idéias progressistas. Embora um país pequeno, a Albânia é exemplo de fidelidade à nobre causa da libertação da Humanidade, da conquista de um mundo de pão e rosas para todos. Que o país das Águias obtenha novos êxitos e as mulheres albanesas, combatentes da primeira hora e da primeira linha, alcancem ainda maiores sucessos em sua caminhada emancipadora.

Viva o Congresso das Mulheres Albanesas!

Viva o Socialismo e o Partido do Trabalho da Albânia!

Maio de 1978 – As Mulheres Comunistas do Brasil.

O EXEMPLO DO ABC PAULISTA

O proletariado de São Paulo, o maior centro industrial do país, acaba de manifestar seu profundo descontentamento e sua inconformidade com a situação vigente. Cerca de 100 mil trabalhadores, rompendo as severas restrições oficiais, entraram em greve. O movimento atingiu principalmente os setores onde imperam as empresas estrangeiras. Desde 1953/54, não ocorria em São Paulo um movimento de tamanha envergadura.

Este acontecimento reflete a decomposição crescente do regime militar-fascista, abalado pelas lutas contínuas e sob diferentes formas do povo brasileiro. Os generais já não podem impedir o desencadeamento da luta operária, malgrado as ameaças que fazem. E reflete também o amadurecimento da consciência proletária. Das palavras, os trabalhadores passaram à ação; dos movimentos isolados à greve de grande amplitude. Como um caudaloso rio que transborda, a classe operária marcou sua presença no panorama nacional e transformou-se, durante várias semanas, no centro da vida política.

O proletariado alcançou uma vitória, uma importante vitória. Não apenas obteve de imediato um aumento de suas remunerações que varia entre 13% e 20% assim como antecipações de reajustes e a readmissão dos despedidos. Obrigou os patrões e o governo a ceder naquilo que, até agora, consideravam questão fechada – a elevação dos salários sob estrito controle estatal. Iniciada a greve, Geisel e seus ministros do Trabalho e da Fazenda entraram em ação e aconselharam as empresas a não negociar com os grevistas. Arnaldo Prieto, em declarações públicas, recorria aos velhos chavões intimidativos: "o governo tomaria providências para assegurar o direito ao trabalho de todos quantos desejassem cumprir suas obrigações" – o que equivale a dizer, adotaria medidas de força a fim de pôr fim à greve. De seu lado os patrões utilizavam sua polícia interna para desalojar os operários das empresas em greve, demitiam dezenas de grevistas e negavam-se a negociar enquanto perdurasse a luta. Mas nada disto amedrontou os operários. Em cadeia, a parede expandiu-se na região do ABC paulista envolvendo dezenas de milhares de pessoas e contando com o apoio popular e a simpatia de importantes setores políticos e sociais. Desse modo, os empregadores e o governo não tiveram outro jeito senão discutir com os trabalhadores e fazer concessões.

Os aumentos obtidos são ainda pequenos se se considera o crescimento acelerado do custo de vida. Mas estes não chegam a ser o resultado principal da luta. O direito de fazer greve, de recorrer a essa arma de combate para exigir a satisfação de seus

reclamos — tal o resultado mais importante. Os trabalhadores deram o seu recado: basta de arrocho salarial, basta de proibições de greve. Desde há algum tempo eles vêm apresentando uma série de exigências que vão da demanda de melhores condições de vida e de trabalho, da reformulação da estrutura sindical até a plena democratização do país. Voltarão, sem dúvida, ao combate, em nível sempre mais elevado, para exigir seus legítimos direitos e cumprir seu papel de força avançada da sociedade brasileira.

Tentando minimizar a vitória do proletariado paulista e a derrota do governo, Geisel e seus prepostos propalam que a cúpula estatal não se opõe à greve puramente econômica, sem infiltrações e interferências estranhas. Assim, segundo eles, teria ocorrido em São Paulo. Mas é inegável que a greve foi essencialmente política, ainda que suas principais reivindicações tenham se revestido de caráter econômico. Foi política porque se dirigiu contra a orientação oficial que proibe qualquer aumento salarial fora dos prazos e dos critérios fixados pela ditadura; foi política também porque pôs em xeque a famigerada lei anti-greve dos militares. Aliás, o Tribunal Regional do Trabalho de S. Paulo, cumprindo determinações ministeriais, declarou por 15 votos a 1, a ilegalidade da greve. E foi política ainda mais porque, objetivamente, essa luta se insere no quadro geral do combate ao regime de exceção, em prol das liberdades democráticas que mobiliza o país inteiro. A presença da classe operária, expressada numa manifestação inconformista tão poderosa, constitui fator de primeira grandeza no desmantelamento do Sistema, amplia as perspectivas do movimento popular e democrático, isola mais ainda o regime arbitrário imposto pelas Forças Armadas.

Há também os que difundem, com evidentes propósitos de desorientar os trabalhadores, que a greve foi um movimento pacífico buscando harmonizar os interesses dos operários com o dos empregadores. Por mais que a burguesia e os círculos governantes procurem distorcer o verdadeiro caráter da ação empreeendida no ABC, a verdade é que aí se defrontaram duas classes bem distintas: o proletariado, de um lado, e os capitalistas, sobretudo estrangeiros, do outro. A greve é uma expressão da luta de classes. Desde o primeiro instante, os patrões assumiram a defesa intransigente da sua classe e tentaram de diversas formas derrotar aqueles que eles exploram. Os trabalhadores cerraram fileiras contra os capitalistas. A intransigência dos patrões, apoiados pelo governo, tinha que ser quebrada pela união e pela luta decidida. Na sociedade burguesa, a luta de classes está presente desde o momento em que o operário é contratado pelo empregador. Este quer pagar o menos possível e arrancar o máximo dos assalariados. Ao contrário, os trabalhadores estão interessados em exigir melhor pagamento da sua força de trabalho. A luta de classe, porém, só toma caráter organizado e eficaz nas ações conjuntas dos explorados contra os exploradores. Tal como se deu em São Paulo. Esta greve ajudará os proletários a compreender melhor a necessidade de sua união e de sua organização como classe independente, livre da tutela do governo e da orientação reformista de pelegos e agentes da burguesia.

O exemplo do ABC mostra o caminho. O caminho da união e da luta de classe. Quando os operários se unem e se decidem passar à ação não há força capaz de contê-los. As ações não podem, contudo, circunscrever-se aos quadros sindicais e empresariais ou às relações entre sindicatos e governo. A luta de classe é mais ampla, abranje o campo político e visa fundamentalmente a transformação da sociedade. O proletariado não pode se isolar. Suas conquistas são inseparáveis da luta geral do povo por um novo regime econômico-social. Além do mais, o proletariado é força dirigente que tem como principal aliado a grande massa de camponeses sem terra. Por isso, é dever dos trabalhadores, no momento atual, juntar-se a todos os setores antiditatoriais, pugnando pela derrocada da ditadura e a conquista da liberdade política. Ao mesmo tempo, é de seu profundo interesse levantar a bandeira de uma nova democracia para o Brasil, uma democracia popular, única forma de superar o atraso do país, sua dependência sempre maior ao capital estrangeiro, as tremendas injustiças sociais que afetam sobretudo os trabalhadores das cidades e do campo. Uma democracia popular que assegure a liberdade, o progresso, a independência nacional e abra o caminho para o socialismo.

A DESAGREGAÇÃO DA DITADURA E A SITUAÇÃO NO CAMPO OPOSICIONISTA

N. de Assis

A efervescência da crise vai emprestando à realidade política brasileira uma crescente complexidade. Do evoluir das diversas tendências em curso, vão desabrochando fatos novos, muitos dos quais inconcebíveis nas condições de um passado recente. Por outro lado, certas tendências que fluíam em seus próprios leitos, autonomamente, misturam-se, de repente, num explosivo e problemático encontro de águas. A realidade vai então sendo invadida por uma onda de confusão aparente que é característica das transições.

É nesse terreno revolvido pela crise e pela desestruturação que poderão se travar os derradeiros combates entre o novo e o velho. Mas é nele também que se defrontarão as diversas alternativas ou projetos de classe para a configuração do novo.

Portanto, para a oposição popular não se trata de abandonar a confusão à própria sorte e se refugiar num isolamento tão passivo quanto impotente. Nem tampouco cogitar de diluir-se no caos como um elemento descaracterizado, atrelando-se a reboque de forças estranhas, na ânsia cretina de ver emergir um "novo" qualquer.

Daí resulta que, por dentro do tumulto, a oposição popular deve prosseguir firmemente em seu caminho tático duplamente determinado. De um lado, aglutinando o máximo de forças possíveis de serem incorporadas à luta pela desagregação da ditadura. Por outro lado, mantendo-se numa linha enérgica de luta por suas principais aspirações na atual etapa.

Assim sendo, convém examinarmos a presente conjuntura sob o duplo prisma da luta em geral contra a ditadura e da situação no interior do campo oposicionista.

A GREVE DOS METALÚRGICOS
CAPÍTULO DA DESAGREGAÇÃO DA DITADURA

O significado da última greve dos metalúrgicos transcende em muito seus limites específicos. Sua inserção num momento político particularmente convulsionado confere-lhe uma capacidade especial de emitir impulsos e produzir efeitos em múltiplas

direções. No âmbito operário, ela não só estabeleceu o reencontro da classe com uma de suas principais formas de luta, como poderá constituir-se num marco para a reestruturação do próprio movimento operário. Enquanto que, no plano político, a greve criou as condições subjetivas para a abertura de uma nova etapa da integração da classe operária ao movimento democrático e popular de luta contra a ditadura.

Por mais que a burguesia pretenda que se interprete a operação grevista no círculo estreito de uma simples luta reivindicatória e econômica, sua projeção política é inegável. De imediato, ela imprime à oposição popular a extensão que lhe faltava, fechando o último elo da cadeia formada pelo movimento democrático. Além de injetar uma dose especial de combatividade e conseqüência nesse movimento, que já pode começar a sentir-se acrescentado de sua força principal. Sobretudo, na medida em que o êxito da greve seja canalizado para a continuidade da luta reivindicatória, para o fortalecimento do movimento sindical e para a crescente politização do operariado, identificando-o profundamente com as palavras de ordem centrais da luta contra a ditadura.

Vista sob outro ângulo, a greve abriu um clarão altamente revelador da correlação de forças favoráveis para o conjunto da oposição popular, no atual estágio da luta antiditatorial. Tanto a ampla vitória da operação grevista quanto a sua concretização à margem de uma reação violenta dos órgãos repressivos demonstram a medida exata da desagregação e fraqueza relativas da ditadura.

Com efeito, a férrea contenção do movimento operário, submetido aos mais elevados níveis de repressão nesses quatorze anos, foi o principal viabilizador de um modelo de acumulação capitalista assentado sobre uma exploração desenfreada da força de trabalho. Nessas condições, a greve, como forma de resistência contra a ofensiva econômica do capital, transformou-se num verdadeiro tabu, amparado por uma rígida legislação antigrevista e pelo aparelho repressivo policial-militar. Como esse tabu correspondesse a um poder real da ditadura, ele terminou por ser assimilado pela classe operária na forma oposta de um sentimento de impotência e de descrédito em sua capacidade organizativa e mobilizadora. De maneira que o irromper da greve é já a conseqüência de uma inversão dessa relação de forças e sentimentos que vai se operando na realidade presente. Pois, ao liquidar com o tabu, os metalúrgicos demonstraram que já haviam recuperado uma parcela importante de sua autoconfiança, hoje tremendamente fortalecida pelo sucesso da greve. Ao passo que, a ditadura, não lhe restando senão permanecer impotente e impassível, tanto confirmou a debilidade do seu poder atual quanto, compelida a nova derrota, viu aprofundar-se o fosso do seu enfraquecimento.

A EVOLUÇÃO DA TÁTICA DOS GENERAIS

Minada pela ampliação ininterrupta do movimento de massas e pelo respectivo fortalecimento da oposição popular, desagregando-se em seu próprio campo por crescentes e incontroláveis ondas de dissenções intestinas, a ditadura, em que pese sua decadência, permanece encastelada no poder. E enquanto não lhe for desferido um golpe fatal, poderá valer-se do aparelho de Estado e desfrutar de certa margem de

manobra. Portanto, convém examinar sempre a evolução das flexões táticas da cúpula militar para recuperar uma situação que lhe seja favorável no plano político. Porque para a oposição popular é básico destruir, sem tréguas, todos os lances do inimigo, a fim de o exaurir até o momento decisivo. É fundamental jamais perder de vista que apenas o conjunto de forças que compõem a oposição popular tem sólidos interesses e suficiente conseqüência para estender a luta antiditatorial até os limites máximos possíveis.

O conteúdo diversionista das manobras táticas da cúpula militar permanece inalterado. Cogita-se ainda de neutralizar o avanço do movimento democrático popular com um programa de reformas parciais que permita à ditadura recompor a unidade com setores descontentes mais vacilantes e reacumular forças para golpear as aspirações democráticas das massas populares. Nesses termos, Geisel e a sua camarilha vêm jogando com certa destreza, na medida em que outorgam à "missão Portela" suficiente flexibilidade para adequar a amplitude das "reformas" ao nível das insatisfações nos setores conservadores. Com isso, uma quantidade razoável de alterações vai sendo, ao que tudo indica, incorporada ao anteprojeto governista. Fala-se num abrandamento da Lei de Segurança Nacional, no retorno pleno do habeas-corpus, de um maior equilíbrio nas relações entre o Executivo e o Legislativo e numa nova Lei de Imprensa, enquanto já se retirou a censura prévia dos jornais "Movimento", "São Paulo" e "Tribuna da Imprensa". Até mesmo, nesse vale tudo pragmático, já se fala em maiores "concessões" quanto à anistia.

A rigor, uma defesa intransigente da legislação de exceção não só não seria mais possível diante das pressões oposicionistas, como também não ofereceria qualquer saída tática para a ditadura, no sentido de tentar reverter a presente correlação de forças. Nesse contexto, apenas certas questões como o restabelecimento geral das eleições diretas, abolição da lei antigreve, anistia ampla e incondicional, Constituinte e "salvaguardas", permanecerão, nas aparências, como divisores de águas entre o campo da ditadura e o campo do movimento popular e democrático. Portanto, ao ampliar o leque das "concessões" e praticamente impor as suas "reformas" a ditadura joga uma única cartada com sentidos complementares. Primeira e já notoriamente, busca angariar fundos eleitorais para a ARENA, tentando conquistar a maioria conservadora no próximo Congresso. Ao mesmo tempo, pretende apresentar suas "concessões" não como o recuo tático que de fato é mas como uma inclinação espontânea para as mudanças. Por fim, e fundamentalmente, empenha-se em obscurecer a problemática essencial da luta pelo poder político que está na base das contradições entre o movimento democrático e o regime militar. Ou seja, empenha-se em transferir, sutilmente, o centro nevrálgico das contradições para as "reformas". E nesse terreno intenta aparecer não como força antagônica mas como uma força apenas mais cautelosa que, como as demais, almeja o restabelecimento do Estado de direito. Em suma, a ditadura desenvolve um esforço evidente para tentar reduzir a luta por um regime amplamente democrático – implícita no programa da oposição popular – a uma mísera luta pelo simples restabelecimento de certas franquias democráticas. Todo esse esforço será mais evidenciado no momento em que o pacote das reformas for entregue para a "aprovação" do Congresso. Nesse instante, com ou sem o voto favorável do MDB e à revelia da imensa maioria do povo brasileiro, a ditadura e o seu Partido apresentar-se-ão como os paladinos da "democracia" e procurarão injetar na esfera política um clima artificial de "fim de processo". O pacote das reformas será então utilizado como

atrativo concreto para magnetizar a área conservadora e mesmo certos setores vacilantes a fim de empurrá-los para uma solução de compromisso com as soluções governantes já consumadas.

Entretanto, esse rebuscamento tático traz implícito sérios riscos para a ditadura. Ainda que os generais estejam aproveitando o recuo para tentar uma reviravolta do processo, sem dúvida, não conseguem superar o inconveniente de ter de atuar no campo do inimigo. Pois, mesmo as reformas parciais – todas elas notoriamente conquistadas e não concedidas – já abrem, inevitavelmente, imensas comportas que, ao invés de frear, poderão estimular tremendamente um movimento de massas que continue pressionando não pelo fim mas pela continuidade do processo até as suas últimas conseqüências. É uma faca de dois gumes que tanto pode pinçar os setores mais atrasados quanto pode detonar um novo impulso para a radicalização das massas.

Logicamente, a predominância dessa última alternativa depende fundamentalmente da capacidade e da unidade das lideranças do movimento democrático e popular diante da tarefa inalienável, constante e indispensável de mobilização das massas para a luta. No fundo, o próprio pacote das reformas pode servir para a reintensificação do movimento de massas, na medida em que o movimento democrático e popular consiga oferecer-lhe, como contrapartida, a deflagração de uma jornada de luta contra a ditadura, pela abolição integral da legislação de exceção e dos seus efeitos, pela Constituinte e por um governo amplamente democrático.

De qualquer maneira, a proposta das "reformas" exigirá a manutenção reforçada da campanha pela anistia ampla e incondicional e por todas as outras bandeiras não incluídas ou distorcidas pelo pacote. Por outro lado, a realidade política começa a reclamar um aumento da ênfase sobre a luta pela Constituinte e maior atenção na problemática do poder, consubstanciada na liquidação definitiva do Sistema e conquista de um governo amplamente democrático.

A SITUAÇÃO NO BLOCO OPOSICIONISTA

A desintegração da ditadura vai produzindo uma profusão de dissidências intestinas, muitas das quais procurarão aproximar-se do movimento democrático e popular.

Com efeito, a crise do "milagre" econômico deflagrou um processo de fragmentação que rompeu com o monolitismo sobre o qual se erigira a ditadura. Há pouco tempo, essa fragmentação ia-se desenrolando e se estendendo no hermético interior dos centros de poder do Sistema. Até que, seja pelo seu agravamento, seja porque a estrutura do regime político-militar não oferecesse canais apropriados para a resolução das contradições intramuros, seja ainda porque a cúpula militar insistisse e insista em se eternizar como fração reinante, o conflito foi fazendo salpicar do caldeirão fragmentos que acabaram por se fundir numa facção autônoma da oposição conservadora. Como já não se tratasse, para essa facção, de limitar sua luta pela hegemonia política ao reduto exclusivo do Sistema, era lógico que ela tentasse alargar seu esquema de alianças, buscando somar forças para o seu projeto com o concurso da corrente democrática e popular. Portanto, se vinhamos assistindo ao desenvolvimento de

duas linhas paralelas da oposição política, assiste-se hoje a uma tentativa de embaralhá-las no mesmo carretel.

Se analisarmos essa problemática sob o estreito ângulo da desagregação e subtração de forças da ditadura, o surgimento dessa facção autônoma da oposição conservadora é um fato positivo. Sobretudo se ela se mantiver em coerente oposição ao regime militar e não pretender seccionar a unidade do movimento democrático e popular.

As coisas se complicam mais, quando se analisa o mesmo fenômeno sob o prisma da proposta de articulação da facção conservadora com o movimento democrático e popular numa ampla frente oposicionista. Convém, portanto, analisar as implicações de uma alternativa desse tipo.

A questão que se coloca é dada pelo fato de que a liquidação da ditadura não é um fim em si mesmo mas também o início de uma etapa que comporta objetivamente diferentes projetos de classe. Por seu turno, a oposição popular entende que a nova etapa deva caracterizar-se não por uma simples redemocratização (concebida como recomposição do esqueleto da legislação democrática) mas sim como nova etapa da própria democracia (concebida como um regime político que permita uma ampla representatividade popular e que garanta a consecução dos principais anseios sociais das massas populares no atual estágio). Portanto, o que se espera da fase subseqüente à ditadura não é um retorno mas um avanço real. Por isso, as palavras-de-ordem do movimento democrático e popular passam pela abolição dos atos de exceção e anistia plena como um ponto zero, como o estabelecimento das liberdades e garantias mínimas, para então desembocar *automática* e *indispensavelmente* na convocação de uma Assembléia Constituinte livre e diretamente eleita. Isso porque, nas circunstâncias atuais, só uma Constituinte terá condições de detectar e sancionar um máximo de aspirações sociais das massas populares. Além do que a Constituinte pode assegurar o estabelecimento de amplos canais de representatividade popular no novo regime político (eleições livres e diretas, Legislativo autônomo, pluripartidarismo sem restrições ideológicas, etc). Donde se conclui inversamente que, à margem da solução da Constituinte, as conquistas democráticas das massas populares acabariam dependendo da mediação e mesmo do arbítrio de um governo qualquer que se alçasse ao poder em substituição à cúpula militar. Caso em que, certamente, a amplitude dessas conquistas seria restringida, como também não se teria superado o círculo limitante da "democracia" instituída de cima para baixo.

Foi em torno desse programa, e mesmo dessa concepção de transição entre a derrubada da ditadura e a constituição de um governo amplamente democrático, que a oposição popular e a oposição liberal burguesa compuseram-se num vasto movimento pela democracia. Por conseguinte, qualquer tentativa de adicionar forças mais atrasadas a esse conjunto não pode admitir uma subtração de princípios, ou seja, exige que qualquer nova articulação ou compromisso mantenham-se estrita e incondicionalmente fiéis ao programa. Fora dessas condições, um "esforço" para uma nova ampliação de forças estaria apenas ocultando uma intenção maquiavélica de provocar sérias fissuras no movimento democrático e popular. Pois, hoje ninguém duvida que a oposição popular rejeitaria qualquer solução que se colocasse à deriva de suas pretensões programáticas.

O ATUAL NÍVEL DE CONSCIÊNCIA DO OPERARIADO: UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR

Oto Daniel

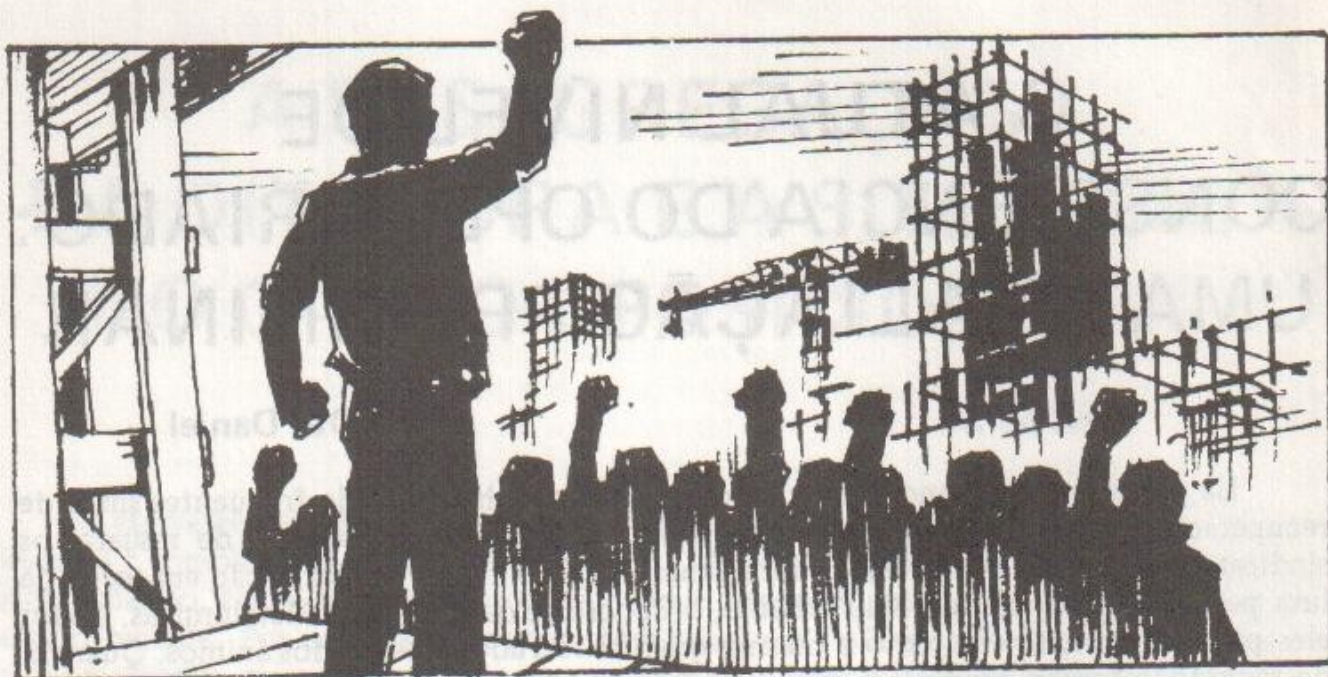
Há pelo menos um ano, o movimento operário vinha emitindo freqüentes sinais de recuperação. No plano sindical, articulava-se uma corrente no sentido de resgatar os sindicatos da direção dos pelegos e interventores. Veio depois a aglutinação em torno da luta pela reposição salarial. Mais adiante, o Congresso das Mulheres Metalúrgicas. Todos eles permitiam supor um lento e mesmo gradual recrudescimento dos ânimos. Quando, de repente, a tensão acumulada nesses quatorze anos rompeu as amarras e, mais do que desabrochar, explodiu, sob a forma de uma greve surpreendentemente madura.

Primeira grande operação grevista desses dez últimos anos, a greve dos metalúrgicos, em São Paulo, adquiriu proporções sensivelmente maiores do que os episódios de Osasco, em 1968. Envolveu um número muito superior de operários, conquistou vitórias e ainda revelou um arraigado espírito de solidariedade.

Pois bem, todos esses episódios – frutos de um pensamento coletivo que se formava ocultamente e que veio à tona transformado em ações de massas – têm-nos fornecido importantes subsídios, às vezes imperceptíveis na prática diária e fragmentada, para uma avaliação preliminar do atual nível de consciência de classe do operariado brasileiro.

Muitos desses subsídios apresentam-se embutidos em certas reivindicações mais gerais da classe. É o caso, por exemplo, das propostas insistentes e bem fundamentadas para uma reestruturação em bases autônomas da organização sindical, ou seja, definitivamente liberta da tutela ora repressiva ora paternalista do Estado.

Dificilmente esse avanço da concepção sindicalista não terá resultado de um certo amadurecimento na esfera político-ideológica. Pois, é praticamente impossível elaborar uma contestação a esse reino da burocracia "pelega" sem partir, ao menos, de uma perspectiva de classe bem demarcada.

Na verdade, são quase quarenta anos de um mesmo arcabouço sindical. Sobrevivente do Estado Novo, inspirado por Getúlio Vargas, ele foi mantido, sem alterações substanciais, por todas as formas subseqüentes da dominação político-ideológica burguesa, apesar dos esforços em contrário feitos pelos setores mais combativos do proletariado. Todas essas forças preservaram-no zelosamente sob a

gerência do Estado, através de um peleguismo bem alimentado. Todas valeram-se dele a seu modo e lhe imprimiram a feição adequada aos seus intentos imediatos. O populismo reformista transformou-o num verdadeiro reduto de burocratas e cabos eleitorais. A ditadura militar tentou transfigurá-lo numa mísera extensão dos órgãos repressivos.

Na verdade, quase quarenta anos de existência de um sindicalismo sustentado pelo protecionismo do Estado só podem estar revelando o óbvio gritante de que a atual estrutura favorece mais os interesses da burguesia do que os interesses da classe operária. Pois, os seus fortes laços de dependência com o Estado permitem o controle às vezes camuflado mas quase sempre flagrante das próprias lutas reivindicatórias, como também se constituem num poderoso instrumento de degeneração da consciência de classe do operariado, na medida em que permitem converter as lideranças sindicais mais corruptíveis numa verdadeira camada de funcionários públicos.

Mas o simples reconhecimento dessa verdade fundamental, agora tornada explícita na proposta de luta por um sindicato autônomo, demonstra que o renascido movimento operário já vem dotado de uma consciência de novo tipo. Certamente uma consciência forjada em longos anos de atividade e, mais particularmente, na prolongada noite da ditadura militar. Quando então a estrutura sindical vigente revelou toda a sua permeabilidade como instrumento a serviço da burguesia. Permeabilidade que a própria ditadura getulista ocultou em parte, ao ter de se curvar às pressões por uma legislação trabalhista. E que o populismo mascarou ao combinar a dominação da classe operária com sindicatos aparentemente livres e atuantes. Ao passo que, após o golpe de 1964, a mínima reação do operariado contra o arrocho salarial não encontrava uma ressonância adequada no sindicato. E, quando encontrava, era torpedeada pelas intervenções arbitrárias e pela substituição de lideranças autênticas por pelegos e agentes policiais. Assim, aos poucos, ia-se revelando o círculo vicioso de uma organização sindical

antagônica aos interesses dos trabalhadores. Várias tentativas surgiram, então, com o objetivo de organizar sindicatos livres, mas o refluxo geral do movimento de massas não permitiu que se afirmassem. De maneira que, hoje, nos primeiros gritos do movimento operário, distingue-se quase como um desabafo, essa justa palavra-de-ordem de reestruturação sindical, por sindicatos livres, autônomos e autênticos.

Em suma, a presença de uma consciência que se projeta para muito além do imediato e que questiona o passado do movimento sindical já nos permite situar o atual estágio do movimento operário num patamar superior ao do simples espontaneísmo.

Convém ainda examinarmos com cautela as implicações, no terreno político-ideológico, de certos pronunciamentos que vêm sendo interpretados pela imprensa burguesa como uma tendência isolacionista da classe operária. Dado que esses pronunciamentos insistem em querer manter o movimento operário longe das influências das organizações políticas e de todos os setores não exclusivamente operários.

Nesse caso, precisamos nos indagar até que ponto a linha de uma tendência extremamente positiva não estaria emergindo sob uma forma aparente ainda bastante distorcida. Claro, essas aparências distorcidas, que desembocam num obreirismo primário, não podem deixar de ser reorientadas. É certo, inclusive, que elas podem servir à burguesia e aos seus agentes para despolitizar o movimento operário, para dissimular sua relação com a totalidade, bloqueando, assim, sua articulação com a oposição democrática e popular. Mas não basta combater esse desvio em si mesmo, é preciso buscar e encontrar sua essência. Porque ele tanto pode ser fruto de um contrabando pescado nas águas turvas da ideologia trade-unionista, quanto pode ser conseqüência de um sentimento operário inegavelmente legítimo.

Não seriam, por exemplo, esse comportamento equidistante, esse apego à independência, resultantes de uma forte suspeita motivada pelas sucessivas manipulações e traições experimentadas pela classe operária brasileira, ao longo de sua história? Não seria que, ao mesmo tempo em que se recorre à história do sindicalismo para se propor uma transformação radical, apela-se também para a história do movimento operário como um todo a fim de situá-lo adequadamente no presente? E o que revela essa história, além de uns poucos e importantes momentos gloriosos? Por acaso não revela, melancolicamente, longos períodos de instrumentalização pelo populismo burguês fosse ele reformista (de Getúlio a Jango) ou fisiológico (de Ademar de Barros a Jânio)? E não descobre também o véu da grande traição do revisionismo prestista e do seu PCB que empurrou a classe operária para o atoleiro do reboquismo à burguesia, conduzindo-a à dramática derrota de 1964? Não seria, por conseguinte, a consciência de todos os reveses sofridos pela classe operária – que a transformaram num instrumento a serviço dos interesses de outras classes – a principal geradora dessa atitude de cautelosa desconfiança face a possíveis e novos assaltos de forças estranhas? E, se assim for, o manifesto desejo de independência não pode ser compreendido como um momento, embora teoricamente desarrumado, em que o movimento operário busca ansiosamente uma identidade consigo mesmo, com os seus interesses reais? E esse não é o ponto de partida fundamental para o longo processo que conduz o operariado da condição de classe em si à condição de classe para si?

Portanto, qualquer que seja o conteúdo subjacente do suposto desvio isolacionista, uma propaganda genuinamente comunista, uma propaganda específica do nosso Partido, que vise corrigí-lo, não deve abandonar mas sim ressaltar o enfoque histórico do qual se depreende a traição e manipulação que têm vitimado o operariado. E mais, cumpre ainda fortalecer e não afrouxar a aspiração à independência, tratando-se apenas de reconduzí-la da síntese obreirista elementar para a síntese marxista-leninista da revolução proletária. Apresentando-se, assim, a classe operária em sua potencialidade objetiva, não como uma força tímida e arredia, mas como força condutora e dirigente que pode e deve ser, seja do movimento democrático e popular contra a ditadura, seja das etapas subseqüentes do processo revolucionário.

"É sabido que nos países explorados pelo imperialismo, nos países da Ásia, África e América Latina, os povos que amam a liberdade desenvolvem uma acirrada luta por sua emancipação, sua independência e sua soberania nacional, contra o velho e o novo colonialismo. Esta é uma justa luta revolucionária e de libertação, que goza do apoio sem reservas dos marxistas-leninistas, dos países verdadeiramente socialistas, do proletariado mundial, de todas as forças progressistas. Esta luta está dirigida, e não pode deixar de sê-lo, contra vários inimigos: contra os opressores imperialistas, e em primeiro lugar contra as duas superpotências, os maiores exploradores e gendarmes internacionais, os mais perigosos inimigos de todos os povos do mundo; contra a burguesia reacionária do país, vinculada através de mil laços com os imperialistas estrangeiros, com tal ou qual superpotência, com os monopólios internacionais e que é inimiga da liberdade e da independência nacional; contra os acentuados remanescentes do feudalismo, que se apoiam nos imperialistas estrangeiros e se unem com a burguesia reacionária contra a revolução popular; contra os regimes reacionários e fascistas, representantes e defensores do poder destes três inimigos."

"Por isto, é absurdo pretender que se deve lutar unicamente contra os inimigos imperialistas do exterior, sem combater nem golpear simultaneamente aos inimigos internos, aliados e colaboradores do imperialismo, a todos os fatores que obstaculizem esta luta. Até o presente jamais existiu luta de libertação nem se desenvolveu qualquer revolução nacional-democrática e antiimperialista que não se tenha enfrentado com inimigos internos, com reacionários e traidores, com elementos vendidos e antinacionais. É impossível identificar como força antiimperialista, e como base e fatores que levam adiante a luta contra o imperialismo, todas as camadas da burguesia sem exceção, incluindo a burguesia compradora, como faz a chamada teoria dos "três mundos". Seguir esta teoria significa afastar o movimento revolucionário do caminho justo, deixar a revolução a meio caminho, dissociá-la da revolução proletária que se desenvolve em outros países, orientar a luta dos povos e do proletariado por um caminho antimarxista e revisionista."

(A TEORIA E A PRÁTICA DA REVOLUÇÃO – Editorial de 7/7/77 do órgão do CC. do Partido do Trabalho da Albânia)

INEVITÁVEL O AUMENTO DAS TENSÕES NO CAMPO

José Maurício

Faz vários anos que as ações dos camponeses vêm num crescendo, paulatino, mas continuado e de longo fôlego. As estatísticas a respeito são de uma precariedade lastimável. A Associação Brasileira de Reforma Agrária divulga anualmente um levantamento baseado apenas no noticiário da grande imprensa, cujos dados, segundo seu presidente, deveriam ser multiplicados por 20 para refletir a realidade. Contudo, o estudo da ABRA dá uma visão aproximada da cadência dos conflitos rurais no Brasil. Seus resultados são os seguintes:

Ano:	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Conflitos:	37	56	40	64	127	126
Mortos:	12	15	23	12	19	31
Feridos:	5	1	10	3	15	59

(Neste quadro, devido à censura, não está incluído o conflito armado do Araguaia)

Dois elementos saltam aos olhos neste quadro: primeiro, o número de conflitos aumenta praticamente de ano para ano; e segundo, crescem também as baixas nos choques entre os camponeses e seus inimigos, indicando a radicalização da luta. Nem os paliativos, nem a demagogia, nem a repressão policial-militar do regime pró-latifúndio conseguiram deter este processo ascendente. O exame de suas características e raízes permite prever com segurança que ele terá continuidade. Seu rumo determinará, em grande medida, a sorte do movimento democrático e patriótico.

A LINHA DE FRENTE DO COMBATE PELA TERRA

Desde o cíclo de ações de massas no sertão nordestino durante a grande seca de 70/71, o centro das lutas camponesas se deslocou nitidamente para as áreas de posseiros. Essas zonas se estendem um pouco por todo o Brasil, mas sobretudo ao longo da faixa de ocupação mais recente, que acompanha aproximadamente os limites da Amazônia Legal. Foi nelas que ocorreu a maioria dos choques e que eles assumiram

freqüentemente a forma de escaramuças armadas. Foi numa região de posseiros que se desenvolveu a resistência guerrilheira do Araguaia.

O posseiro é um gênero peculiar de camponês, tipicamente brasileiro. É fruto, de um lado, do monopólio da terra e, de outro, da existência de um fundo ainda considerável de áreas devolutas no país. Em geral é pobre, embora haja também remediados. Tocado pelo latifúndio, desloca-se para regiões inóspitas e ali se estabelece como pequeno produtor independente, plantando para consumo próprio e principalmente para o mercado. Vive no abandono, entregue à própria sorte. Do governo, só conhece dois personagens: o coletor de impostos e o polícia ou "bate-pau".

Mas no rastro do posseiro chega o grileiro, uma categoria também peculiar de latifundiário. Sua especialidade é expulsar lavradores para deitar as mãos em suas terras. Muitas vezes a grilagem é obra de grupos capitalistas poderosos, sediados nas grandes cidades ou no exterior. Se bem que seja fenômeno antigo, alastrou-se nos últimos anos, com a abertura de novas rodovias e a cobertura proporcionada pelo regime militar. Os métodos de grilagem vão desde os ardís judiciais até à mobilização de bandos de jagunços, da Polícia Militar e mesmo do Exército contra os lavradores. Assim, a contradição gerada pelo latifúndio manifesta-se nas zonas de posseiros em sua forma mais aberta e violenta. O camponês é praticamente obrigado a resistir ao grileiro e seus comparsas, para não perder tudo que possui.

Daí o caráter mais radical da luta nessas áreas. Cada uma delas possui sua história, mais ou menos longa e violenta, de choques entre camponeses e grileiros, latifundiários, empresas agropecuárias e os corpos repressivos a seu serviço. Os exemplos não faltam. Em Pontes e Lacerda, Mato Grosso, a emboscada de março último, que resultou na morte de dois policiais e um posseiro, foi mais um episódio de um processo de conflitos e enfrentamentos armados que vem pelo menos desde 1963. Na Gleba União, no mesmo Estado, o grileiro Satoshi Kuroyanagi – homem ligado aos "Peace Corps" dos ianques – vinha cometendo tropelias de toda a ordem desde 1974, até que 200 camponeses armados tomaram de assalto a sede de sua fazenda. Em Paragominas, Estado do Pará, o fazendeiro americano John Davis e dois de seus filhos encontraram a morte depois de vários anos de hostilidades com os moradores do lugar. Também faz muito tempo que os choques se sucedem em Santa Luzia, Lago da Pedra, Pau Ferrado e outras localidades do Vale do Pindaré, no Maranhão. A dinâmica dos conflitos varia de lugar para lugar. No Paraná, por exemplo, até recentemente havia áreas devolutas, intensa grilagem e lutas encarniçadas pela terra. Com a expansão do cultivo de soja nos últimos anos a terra foi toda ocupada e os conflitos por sua posse decresceram. A corrente migratória de camponeses pobres rumo ao Estado se inverteu; agora são os paranaenses que partem para Rondônia, Mato Grosso, etc. As contradições assumiram feição diferente, envolvendo novos personagens, como os assalariados rurais. Em contrapartida, despontaram outras zonas de tensão e lutas vigorosas de posseiros, destacadamente no médio São Francisco, Bahia, e até mesmo no litoral do Rio de Janeiro.

Na parte paraense do vale do Rio Araguaia os embates entre lavradores e grileiros ganharam dimensão sobretudo nesta década, com a construção da rodovia Transamazônica. E a experiência guerrilheira que teve essa área como epicentro

repercutiu e repercute de forma marcante e duradoura nas lutas dos posseiros de boa parte do Pará, Goiás, Maranhão e Mato Grosso. A guerrilha representou a elevação do movimento camponês a um nível superior. Descortinou para o povo interiorano uma perspectiva nova de solução do problema da terra e apontou o caminho da guerra de guerrilhas contra seus inimigos. Não é difícil identificar sua influência em vários choques armados que se seguiram na região.

PANORAMA COMPLEXO

As mobilizações das massas rurais não se limitam aos posseiros. Em nosso país a questão camponesa – problema-chave da revolução – é muito vasta e complexa. Compreende a situação e as lutas de diferentes camadas e segmentos do campesinato, assim como dos proletários agrícolas, já bastante numerosos, e ainda o problema indígena. É também uma realidade em mutação, sob o impacto de fenômenos de certa importância em curso na estrutura fundiária e nas relações de produção, em conseqüência da política agrária dos generais. Todos esses aspectos merecem atenção, pois todos contribuem para criar as premissas das convulsões revolucionárias que amadurecem no conjunto das regiões rurais.

Os índios sofrem com a grilagem, como os posseiros, e estão sob ameaça de extinção. Freqüentemente pegam em armas, a exemplo dos xavantes de São Marcos e Couto Magalhães, e procuram unir seus esforços contra os invasores de seus territórios.

Os pequenos proprietários vivem sufocados pelos impostos e roubados a mais não poder pelos intermediários. A maior parte tem de trabalhar também em terra alheia para garantir seu sustento. Rendeiros, parceiros, colonos, agregados, etc., vêem boa parte do produto do seu labor açambarcada pelos senhores de terras. Mesmo agricultores com certas posses atravessam grandes dificuldades atualmente. A grande maioria (7/8 do total) não tem acesso a créditos nem assistência técnica, reservados apenas aos mais ricos. Quem carece de terra passa fome e quem a tem corre o risco permanente de perdê-la para o latifúndio. Por isso mesmo a inquietude toma conta de boa parte desses setores, fazendo aumentar os reclamos por preços mínimos satisfatórios e outras reivindicações. O sentimento de oposição à ditadura também ganha corpo no interior. Os médios proprietários e rendeiros mais acomodados manifestam às vezes tendência para unir-se aos latifundiários, com quem partilham certos interesses. Mas a grande massa dos sem terra ou com pouca terra tende a realizar lutas de feitio radical, que coloquem em questão a estrutura agrária atual e o regime que a sustenta. São estas camadas pobres que concentram em maior grau o potencial revolucionário do campesinato.

Os assalariados agrícolas, permanentes e temporários, merecem uma referência à parte. Alguns possuem ainda seu minúsculo lote de terra, ou uma parcela que cultivam para sustento próprio nas fazendas onde habitam, e sofrem relações de dependência. São semi-assalariados, uma categoria de transição, um pouco camponeses, um pouco proletários. Outros foram privados de qualquer vínculo com a terra e atirados na periferia das cidades. Possuem apenas a força de seus braços e quando muito algum instrumento de trabalho (enxada, foice, facão). Em essência, formam uma parcela do

proletariado brasileiro, ainda que sofram juntamente com os camponeses os efeitos nefastos do monopólio da terra. Seu número aumentou muito depois do golpe militar de 1964, sobretudo no Centro-Sul, onde a figura do "boia-fria" domina a paisagem interiorana. São o produto típico da penetração do capitalismo no campo com base no velho sistema latifundiário de propriedade, ou melhor, as vítimas desse processo, que agravou seus padecimentos, submetendo-os a um trabalho errante, incerto, embrutecedor e mal pago. Nas áreas do Sul atingidas este ano pela seca, por exemplo, o desemprego atingiu mais de meio milhão de volantes e o preço da diária de trabalho caíu de Cr$ 60,00 ou 80,00 para Cr$ 20,00. Embora o nível de luta e organização dos assalariados agrícolas seja ainda bastante baixo, há indícios de que começa pouco a pouco a se elevar. Nos dois últimos anos, os "boia-frias" de São Paulo realizaram os primeiros dissídios coletivos da categoria, reivindicando aumento salarial, transporte e comida gratuitos. Em certas áreas, como a Zona da Mata nordestina, já existe uma tradição de lutas considerável. No Paraná flagelado pela seca, grupos de trabalhadores atacaram casas de comércio para tomar alimentos. Essa parcela das massas pobres do campo não pode ser subestimada. Quer por seu número, quer por sua condição de classe, ela terá um grande peso entre as forças motrizes da revolução brasileira.

O MONOPÓLIO DA TERRA E OS PLANOS DOS GENERAIS

O problema da terra é o denominador comum que congrega as amplas massas rurais e todas as forças progressistas num único e grande movimento de caráter democrático, contra o latifúndio. A contradição básica do campo, que exige solução urgente e radical, é a que opõe a legião sem terra ou com pouca terra ao monopólio de extensões imensas por uma minoria de latifundiários, de velho e de novo tipo.

Esta contradição vem se aguçando descomunalmente sob o regime dos generais. Os números da Sinópse Preliminar do Censo Agropecuário de 1975, recentemente revelados pelo IBGE, não deixam dúvidas a respeito. Entre 1970 e 1975 a área total dos estabelecimentos agrícolas com mais de mil hectares se expandiu de 116 para 137 milhões de hectares. Enquanto isso, a superfície global dos estabelecimentos de menos de dez hectares se reduziu e sua área média caíu de 3,6 para 3,4 hectares. Apenas 46 super-latifúndios com mais de cem mil hectares cada um possuem mais terra do que 2 617 000 pequenos proprietários. A ditadura está conduzindo o país de volta ao tempo das sesmarias.

Isso é fruto de uma política ditada pelos interesses de classe dos latifundiários, tradicionais e sobretudo dos aburguesados, dos grupos capitalistas e trustes estrangeiros que penetraram na agricultura. A grande propriedade territorial recebe hoje em dia toda sorte de incentivos, sob a forma de isenções fiscais, créditos e financiamentos, abertura de estradas e, o que é muito importante, repressão ao movimento camponês.

Mas os generais não se dão por contentes. O ditador designado, João Batista de Figueiredo, manifestou a intenção de transformar o país num grande produtor agrícola através de novos estímulos à penetração de empresas capitalistas no campo, com destaque para as estrangeiras. Seja dito de passagem que, em termos de produção, essa orientação tem se revelado um verdadeiro desastre. O Brasil vem sendo obrigado a

importar milho, feijão, carne, leite, enormes quantidades de trigo e até cebola. Com os planos do general Figueiredo aumentarão ainda mais a polarização e o antagonismo entre a maioria carente de terras e a minoria de grandes proprietários fundiários; se acelerará o processo de pauperização e proletarização do campesinato, inclusive de camadas médias e superiores; completar-se-á o retalhamento da Amazônia em grandes projetos agropecuários, atiçando a curto prazo as lutas de posseiros e suprimindo a médio e longo prazo uma tradicional válvula de escape das tensões no campo, que é a migração do excedente populacional sem terra em direção às áreas devolutas.

De outro lado, o plano do candidato a ditador inclui também uma mensão especial ao papel das empresas estrangeiras na agricultura. Como se sabe, isso também não é propriamente uma novidade. Já vem ocorrendo desde 1964, em escala tão vasta que chega a constituir uma ameaça à soberania nacional. Figueiredo pretende acelerar esse processo. E o resultado seria a multiplicação de ações como as dos assalariados semi-escravizados da **Fazenda** Jari, dos posseiros de Itamari, na Bahia, contra a Firestone, e de Vila Rondon contra o grileiro Davis, que assumiram conteúdo diretamente antiimperialista.

Desta forma, é inevitável o aumento das tensões no campo. O combate ao latifúndio continuará crescendo, produzindo novos choques, mais amplos e mais radicais, entrelaçando-se com a luta antiimperialista (especialmente nas áreas cobiçadas ou ocupadas pelos monopolistas estrangeiros), contra a espoliação capitalista (no caso dos proletários e semiproletários rurais), contra a ditadura militar, a Polícia e o Exército da reação.

Faz quatorze anos que os generais semeiam ventos por todo o interior do país; colherão tempestades, cujas primeiras lufadas já se fizeram sentir na jornada pioneira do Araguaia e em outras ações combativas.

ENTREGA DAS RIQUEZAS PETROLÍFERAS

Recentemente, a Petrobrás decidiu entregar às companhias estrangeiras – segundo declarações do presidente da Petrobrás, general Araken, e do ministro de Minas e Energia – toda a plataforma continental brasileira, à exceção da Bacia de Campos, para a exploração petrolífera através de "contratos de risco". Porém, poucos dias depois, o mesmo presidente da Petrobrás desmentia suas próprias palavras e as do ministro a esse respeito.

Desde que a ditadura militar, em sua crescente escalada entreguista, resolveu conceder a empresas estrangeiras vastas áreas do território nacional a fim de que elas explorassem e produzissem petróleo, as manobras, as palavras de duplo sentido, os "desmentidos" vêm sendo uma constante. Tais atitudes visam escamotear a verdadeira extensão da entrada dos trustes do petróleo em nossas reservas. Logo no início, o governo de Geisel procurou "justificar" que os "contratos de risco" seriam acordados com as empresas estrangeiras que se sujeitassem à exploração de algumas áreas indicadas, ficando as formações geológicas mais promissoras com a inteira exclusividade da Petrobrás. Entretanto, já desde o começo deste ano a Petrobrás vem estendendo o conceito de "contrato de risco" às áreas onde ela explorava sozinha, passando a estabelecer associações em formas de contratos diretos com firmas estrangeiras. Encontra-se em fase final de estudos um novo contrato de associação com a British Petroleum. Além disso, atualmente, o Conselho Administrativo da Petrobrás está analisando a possibilidade de colocar sob as condições de "contrato de risco", áreas onde a sondagem sísmica detectou largas formações geológicas favoráveis. Dessas áreas, com possibilidades de grandes reservas, fazem parte as bacias geológicas do Paraná, que compreende parte de três Estados (Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás), do Maranhão e do Médio Amazonas.

Enquanto isso, a produção de petróleo na Bahia, que representa 70% do produto nacional, baixa progressivamente. O nível máximo da produção baiana foi de 146 mil barris diários em 1969, caindo para 127 mil em 1975, e existem previsões para o esgotamento total dos campos em 1990, caso não haja novas descobertas. Na Petrobrás, veio imperando desde 1964 a política de secundarizar o trabalho de prospecção e sondagem geológica, e exploração do petróleo em território nacional, e de principalizar os meios de comercialização e importação do petróleo, diversificação dos reais objetivos da Petrobrás e de certos investimentos na exploração do petróleo em outros países. Tudo isso, criou um vazio e um atraso de décadas no trabalho de extração e produção do petróleo no país. Os campos petrolíferos do Recôncavo Baiano vêm sendo esgotados, e também presenciamos fatos como a redescoberta de poços que já tinham sido descobertos em meados da década passada, abandonados com o rótulo de "subcomercial". Exemplo disso é a notícia da redescoberta do poço 39 no litoral baiano, perto do campo de Arraia, reativado agora porque nas suas imediações foi descoberto outro poço que já poderia ter sido localizado há tempos.

Essa é apenas uma mostra do quadro atual do setor energético de nosso país. Neste decisivo setor da economia nacional a ditadura militar vem atirando por terra valorosas conquistas populares em defesa da soberania nacional, alcançadas durante longo período de luta. A campanha do "petróleo é nosso" atravessou anos e mobilizou extensas parcelas populares, permitindo o surgimento da Petrobrás e a preservação agora ameaçada das nossas riquezas petrolíferas.

Somente a derrubada da ditadura militar e a conquista de um verdadeiro governo popular possibilitarão inverter o rumo dessa política antinacional, entreguista.